

# PRECONCEITO LINGUÍSTICO: COMO O PRECONCEITO LINGUÍSTICO É VISTO DENTRO E FORA DA SALA DE AULA.

ROSA, Rita de Cassia<sup>1</sup>  
CORBANI, Clair<sup>2</sup>

## RESUMO

Como qualquer outro tipo de preconceito, lidar com o preconceito linguístico é um desafio, dentro e fora da sala de aula. Para muitos, “falar bem” significa usar a gramática padrão. Qualquer outra forma corre o risco de ser menosprezada. Grande parte da população provavelmente talvez não tem ciência de que tal preconceito existe ou de que sua manifestação não se trata de um tipo de preconceito. Este trabalho foi embasado nesta problemática e inspirado por ela, com pesquisas calcadas em estudiosos na área de educação, especialmente em Bagno (1999). O objetivo é analisar a questão do preconceito linguístico e suas variadas formas dentro e fora da sala de aula. Desta maneira, mostrar o quão importante é que o assunto seja abordado na escola e nas aulas de Língua Portuguesa para criar nos alunos a noção sobre tal preconceito existir, do que se trata exatamente, que precisa ser atacado e como isso deve ser feito para que isso estenda-se também para fora da escola, para dentro da vida dos alunos e de todos que fazem parte dela. A problemática que se pretendeu responder foi como o preconceito linguístico é visto dentro e fora da sala de aula. A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Preconceito Linguístico. Dentro da Escola. Fora da escola. Diversidade Linguística.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é sobre o preconceito linguístico gerado por variações linguísticas e como ele entranha-se na sociedade e é propagado de várias maneiras, e diminui, menospreza, achata pessoas pelas peculiaridades contidas nas palavras que saem de suas bocas, pelas suas formas e sons, carregados de significados profundos e marcas de uma história. Na verdade, uma história em si. A riqueza cultural de nosso país também diz respeito à forma como nos comunicamos e como isso é

---

<sup>1</sup> Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2021.

<sup>2</sup> Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER

feito através de todas as nuances da Língua Portuguesa (português brasileiro): sotaques e variações de sons, expressões, vocabulário próprio, neologismos regionais, a impossibilidade de uma população inteira falar de uma mesma forma ou de ter a noção total de como o português ocorre em todas as partes dessa nação.

O preconceito linguístico ataca quando pessoas utilizam uma linguagem que não é baseada na gramática normativa imposta e apresentada/ensinada nas escolas, que, via de regra, difere da forma como falamos no dia a dia, daquilo que consideramos nossa língua própria. Somos obrigados a seguir uma gramática normativa que rejeita o que cada um de nós é e como nos comunicamos.

Aprende-se a falar dentro do convívio familiar ou no meio social ao qual pertencemos. Sermos capazes de nos comunicarmos é o que importa e não a forma como isso acontece, cada qual com suas idiossincrasias. Não haveria nenhum problema nisto caso não existissem os conceitos de certo ou errado. Tais conceitos geram o preconceito linguístico que acaba funcionando como elemento que distingue classes, o que é “superior” e “inferior”. As diferenças geradas a partir disso são nocivas individualidade e a um convívio harmonioso. Todos têm o direito de expressar-se sem nenhum constrangimento, da forma como lhes convém ou como foram ensinados, a forma de falar a qual foram expostos. Aqueles que acham que uma única forma deveria ser adotada e seguida e todas as variações assassinadas, porque falar “errado” é um crime, deveriam pensar novamente e lançarem-se em estudos acerca do assunto, em nome de uma sociedade igual para todos. Esta é a grande luta. A língua materna e as marcas de nossas origens e como o nosso jeito de falar denota precisam ser respeitadas e celebradas.

## **2 ESTA TAL DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Se hoje, em 2020, falássemos o português brasileiro da mesma forma como era falado algumas décadas depois que o Brasil foi descoberto, e nem precisaríamos ir tão longe assim para ter esse exemplo, não existiria nem argumento para que esse trabalho existisse, ou nunca nenhum outro material a respeito da variação linguística teria sido criado. Não é algo sobre o qual tenhamos qualquer controle. Não depende

do meu ou do seu desejo. Toda língua é viva e sofrerá alterações ao longo do tempo, é algo comum e natural, ou seja, um fato.

Gerações substituem gerações, carregando toda uma carga histórica e cultural em suas línguas, mas elas não permanecerão intactas ou inertes, fadadas a uma espécie de congelamento de palavras e de tudo o que acontece quando palavras são combinadas dentro de uma certa ordem para que a comunicação ocorra e uma língua seja considerada uma língua. Um detalhe em um certo som em uma palavra hoje considerado “não-padrão”, por não obedecer ao que é tido como norma padrão, pode definir como essa palavra será pronunciada no futuro caso esse som acabe sendo adotado por uma maioria e tornar-se então “padrão”, ou continuar existindo como variação. Expanda essa ideia para o que podem causar palavras que sofrerão mutações naturais durante décadas, séculos e teremos um jeito de falar “antigo” e um jeito de falar “atual”, ou uma forma de como uma língua soa no presente em relação a como um dia soou. “A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa”, afirma Bagno (2007, p.19). Expanda um pouco mais a ideia do que as mutações naturais das palavras causarão levando em conta o fato de que elas serão carregadas por milhões de pessoas e não haverá nenhum obstáculo para que se entenda porque mesmo dentro de uma região pequena pessoas não falam da mesma forma, sejam do mesmo bairro, da mesma cidade, do mesmo estado, do mesmo país.

Quanto maior a área, maior a variação linguística, de resto, outra coisa extremamente natural. Segundo Bagno (2007, p.48) “o que acontece é que em toda língua do mundo existe um fenômeno chamado ‘variação’, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico”.

## 2.1 ESTE TAL DE PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Preconceito linguístico é um termo autoexplicativo. Se é preconceito isso quer dizer que alguém – que o pratica – se coloca numa situação de superioridade em relação àquele contra o qual o preconceito é praticado. E se é preconceito, é errado. Não há espaço para nenhuma possibilidade que levante uma questão que permita um “depende”. Não depende. A luta contra qualquer tipo de preconceito é um dever cívico.

Especificamente, o preconceito linguístico trata-se da discriminação social que julga e considera “menor” qualquer pessoa de acordo com a forma como se comunica, oralmente ou como escreve. A norma culta é o critério para tal julgamento, embora ele não aconteça somente nesses termos, normalmente culta v. variação linguística.

O preconceito linguístico é praticado se alguém é diminuído ou ridicularizado por ter dito ou escrito algo “errado” o que não quer, de nenhuma forma, dizer que o praticante do preconceito domina a norma culta. Na verdade, se fosse somente assim, o preconceito linguístico em si seria uma coisa de muito menor ocorrência porque, e preciso deixar uma pergunta em aberto aqui, quantos por cento da população brasileira domina tal norma? Certamente uma minoria.

“O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão”, diz Bagno (2007, p.09). Essa confusão atinge níveis absurdos com as distorções geradas pela passagem do tempo e, assim, nos deparamos com situações em que pessoas são caçadas por qualquer diferença (variação) no jeito como falam. Pense em todas as vezes em que você ou testemunhou isso acontecer ou foi o responsável pela “piada”: crianças em sala de aula, crianças em seus momentos de brincadeira, jovens em suas farras, colegas em seus trabalhos, o chefe com o funcionário, nas festas de família, o indivíduo da cidade rindo do sotaque do indivíduo do campo, o indivíduo de um estado rindo do sotaque do indivíduo de outro estado, o branco do subúrbio rindo do preto do subúrbio, o branco do bairro elegante rindo do preto e do branco do subúrbio, todos rindo do índio, do gay, do nordestino, do analfabeto, do adolescente em seu mar de gírias, do senhor e da senhora que eram crianças décadas atrás e que guardam todos os traços do português falado então, ali naquele local onde nasceram, cresceram, de onde saíram ou não. Todos rindo “inofensivamente” da piada “inocente” porque a forma como a outra fala é “engraçada”, “esquisita”, “cantada”, “antiga”, “afetada”, contém letras “trocadas” ou “erradas”, palavras “inventadas”, “assassinato” da língua, é o fim do

português, é um “absurdo” e todo mundo é “burro”. É muito pouco conhecimento para tanto julgamento!

## 2.2 ESTA TAL DE NORMA CULTA

Em línguas há uma pluralidade de normas. Há uma que diz respeito a um grupo de padrões linguísticos utilizado por aqueles de maior escolaridade, de nível cultural mais elevado. Esses padrões traduzem-se em uma linguagem mais conceituada e erudita, dominada e praticada por uma elite que pertence à camada mais favorecida e escolarizada da sociedade. Ela é chamada de norma culta, a norma culta faz-se presente, principalmente, na modalidade escrita da língua com alto grau de correção e precisão gramatical, com o uso preciso de pontuação, de concordância, regência, acentuação, colocação pronominal, entre outros, bem como com uso de um vocabulário rebuscado e amplo.

Dominar a norma culta define carreiras por ser algo bastante valorizado no mercado de trabalho, uma competência elevada. Significa ser capaz de comunicar-se com rigor e desenvoltura. A norma culta é aquela que mais se aproxima do que é chamado de norma padrão de uma língua que é baseada em gramática tradicional e normativa e que funciona como um definidor de como uma língua deve ser de acordo com a padronização da escrita dessa língua.

Se há uma norma culta, então há também outras normas, todas as outras são consideradas variações linguísticas por não serem do padrão ao qual pertence somente a norma culta. Variações linguísticas estão intrinsecamente ligadas à existência do preconceito linguístico, causa e efeito, geralmente negativo, por gerar opiniões formadas antecipadamente sem que haja qualquer preocupação com como isso afeta quem não domina a norma culta por nem mesmo saber ou entender que ela existe, já que nosso sistema educacional público não é um exemplo, e a maior parte de nossa população não tem acesso à educação formal considerado de qualidade já que isso, costumeiramente, acontece em escolas particulares.

É notório que na sociedade brasileira existe o preconceito quanto às classes sociais, à identidade de gênero, à idade, à etnia, etc. Se também é notório que a sociedade é extremamente diversificada, deveria também ser bem sabido que não há como todos nessa sociedade falarem exatamente da mesma forma. Nossa realidade

linguística é marcada pela diversidade e reconhecida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): “A língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela FORMA como falam” (BRASIL, 2001, p. 31).

Por causa dos problemas sérios que a educação formal pública no Brasil sempre enfrentou, não é de forma alguns incomuns alunos concluírem seus anos escolares tendo ainda sérios problemas e dificuldades para redigir textos e interpretá-los, sem interesse em leitura ou sem nenhuma afinidade com livros ou outros meios que lhes expandiriam os pensamentos e julgamentos, que lhes dariam outros pontos de vistas ou novas perspectivas. Todos os contornos e cores que vêm do fato de entender como uma língua funciona, de estar cômico disso, de dar-se ao luxo de, virando uma chave imaginária dentro do cérebro, comunicar-se utilizando várias formas diferentes do seu próprio idioma e isso dá a possibilidade de mover-se com desenvoltura e de forma respeitosa em qualquer camada da sociedade, quando necessário for. Se eu (você, nós) tenho a noção de como tudo isso se dá porque fui educado formalmente de forma enriquecedora e fui encorajado a pensar, a devorar cultura, contra todas as adversidades, serei mais um que lutará para combater o preconceito linguístico.

Se a proposta do professor for um trabalho preguiçoso, que leva em conta somente a gramática normativa, a partir de frases isoladas e exercícios quadrados, enfadonhos, nada será interessante e desafiador. O ciclo de culpar alunos pela falta de interesse continuará intacto. Diversos gêneros textuais e meios precisam ser usados e explorados para que exista a criação de uma ideia que leve a uma reflexão acerca do funcionamento da língua, da minha, da sua e de todos os outros, todas as outras, tudo em prol da melhoria da capacidade comunicativa. É um paradoxo. Respeitar toda e qualquer variação linguística é imperativo, é respeito e é direito. Por outro lado, sem que a norma culta seja dominada, provavelmente menos possibilidades pessoas terão.

Como dizem os (PCNs).

Os Parâmetros curriculares nacionais reconhecem que existe muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, é objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar à escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que

[pg. 74] existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural [...] Ministério da Educação e do Desporto (1998): PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, LÍNGUA PORTUGUESA, 5ª A 8ª SÉRIES, P. 31.

Bagno diz (2007, p. 37) que os professores devem trabalhar no sentido de ajudar os alunos a se expressarem e a desenvolverem suas capacidades comunicativas. Dessa maneira, conforme o autor, o aluno vai ter mais confiança e prazer nas situações de comunicação, se a todos for ensinado o uso da língua adequadamente, o que seria muito mais importante do que enchê-los de regras que não têm muita utilidade na sua vida real linguística e que está mais empregada no papel.

Aprender regras gramaticais não é nenhuma garantia de que o indivíduo utilizará sempre a norma culta ou padrão. Ensinar Língua Portuguesa através dos livros didáticos e das gramáticas não significará evitar que ela caia em decadência. É uma visão de puristas, e puristas são intolerantes ferrenhos contrários a mudanças de ortodoxia

Ainda segundo Bagno (2007, p. 39, p.42) a gramática normativa inventa “armadilhas” para justificar sua existência e sem ela a língua não sobrevive, o que não é uma verdade pois, se assim fosse, não existiria essa grande quantidade de variedades do Português, variedades que estão cada vez mais vivas e funcionais dentro das comunidades brasileiras que interagem entre si através da língua. As pessoas esquecem que se a língua estabelece um canal de comunicação entre os falantes, isso é o que importa, pois já desempenhou o seu papel. “O ‘problema não está no que se fala, mas na pessoa que fala. Dessa forma, o que está sendo discriminado não é a língua, mas sim o falante dessa língua”.

A criança inicia sua vida escolar com a língua materna como bagagem linguística. A aprendeu no convívio com a família e acostumou-se a ouvi-la e, depois, a falá-la. Será, de acordo com Bagno (2007, p. 53), mais justo ensinar que se pode dizer uma palavra de um jeito ou de outro, mas que só poderá escrever de um jeito porque na língua escrita só existe aquela forma.

É certo ensinar o aluno a escrever de acordo com a ortografia oficial, que é algo político e decretado em forma de lei, mas não se pode agir dessa forma com a linguagem oral, tentar fazer o aluno falar uma língua artificial que não faz parte do seu cotidiano linguístico. BAGNO (2007, p. 52).

Os PCNs de Língua Portuguesa trazem em suas primeiras páginas o seguinte comentário:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livra-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BRASIL 1997).

### 2.3 A PASSAGEM DO TEMPO E AS TRANSFORMAÇÕES

O tempo passa, línguas mudam. Vivemos uma era de extrema exposição por conta das redes sociais que, mais do que nunca, escancaram diariamente variações linguísticas, mais do que um dia a televisão sozinha fazia. É uma farpa na mente dos conservadores do idioma, para quem essas mutações coloquiais nascidas da informalidade em nosso falar do dia a dia é sinal de inferioridade, “pobreza”, “burrice”. Para esses conservadores sotaques também são crimes, principalmente, em nosso caso, se forem das regiões norte e nordeste, ou qualquer outro sotaque que soe “caipira”. O mesmo acontece com palavras e expressões próprias de certas regiões que podem ser tratadas como risíveis por puristas que não hesitam em julgar sem considerar a riqueza que tudo isso significa, o que trazem para o nosso português brasileiro em uma era de olhos fixados em celulares por horas, diariamente, em uma vertiginosa velocidade de comunicação que adequa nossa língua materna para que caiba nessa velocidade, forçando-a a livra-se de pontuação, acentuação gráfica, complexidade de palavras que acabam sendo abreviadas, com letras descartadas, criando uma variação própria desse meio. Clareza e coesão deixam de existir para os

não acostumados ou para aqueles que não querem fazer parte desse “assassinato” da língua.

Cabe ao professor de Língua Portuguesa abordar esse assunto, ampliando o conhecimento de seus alunos, plantando neles as ideias e conceitos de variação linguística para que entendam que cabe também a eles combater o preconceito, que se também se trata de um preconceito. A ampliação do conhecimento ou da noção sobre o assunto pode acontecer através de debates, discussões, livros, entrevistas com pessoas de diferentes cidades/estados, para que um dia consigamos que o país como um todo tenha a sensibilidade para entender que somos uma nação com uma língua oficial que possui milhares de facetas. Uma utopia hoje, mas uma possibilidade de um dia tornar-se realidade, para a saúde de uma sociedade que não deveria jamais ter em suas fundações qualquer elemento que dessa vida ao preconceito e o alimentasse.

### **3 O PRECONCEITO LINGUISTICO, A ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR**

É papel do professor motivar seus alunos, ajudando-os para que desenvolvam suas capacidades e habilidades comunicativas, deixando claro que até ele, professor, nem sempre utiliza a língua “corretamente”, de acordo com a língua padrão. Um gesto de honestidade e que abre os olhos dos alunos. É também papel do professor mostrar como a língua pode ser utilizada formalmente ou informalmente, com exemplos muito claros de quando deveríamos mudar de uma forma para outra ou de quando temos a liberdade de fazermos isso sem que constrangimentos ocorram. A expressão espontânea não deveria jamais ser reprimida e a padronização da língua, por se tratar de uma imposição, também é necessária.

A padronização não deixa de ser necessária, ela é a base de todo estado moderno, pois pesquisas na área de planejamento linguístico mostram que existe uma relação positiva entre o grau de padronização linguística de um país e seu estágio de modernização. O problema não está no código, mas no acesso a ele, portanto a escola tem o dever de auxiliar o aluno ao domínio da forma padrão da escrita. BORTONI-RICARDO (2005, p. 14-15)

Porque a maioria da população brasileira tem acesso restrito ou não tem acesso algum à língua padrão, diferenças são estabelecidas assumidamente ou não,

e aqueles que utilizam linguagem não padrão estão sempre a mercê de sofrer preconceito linguístico, de ficarem expostos a humilhações, que enfraquecem, causam danos emocionais, o risco de traumas, de alguém não mais querer manifestar-se em determinados ambientes se o que encontrará é perversidade e escárnio porque para quem pratica o preconceito, qualquer preconceito, é “engraçado”, “divertido”, uma questão de colocar-se acima de alguém que considera inferior. Professores empenhados em ensinar a língua padrão porque entendem que ela pode ser um acréscimo à variedade linguística que seus alunos já dominam são essenciais porque o empenho significará a expansão e extensão do mundo desses alunos.

Segundo Bagno (2003, p. 38), a escola vai continuar a ensinar a cultura letrada, a norma culta, ainda que as camadas da sociedade não a empreguem totalmente, pois já está em desuso.

Não faz mais sentido os profissionais da educação obrigar o aluno a falar a língua padrão. O professor deve refletir o porquê de impor aos alunos que falem sempre de acordo com a norma culta, se nem ele faz uso sempre desse português culto, ao passo que ele também deve se perceber como parte dessa população que reivindica seus direitos e sofre pela não valorização da sua identidade. Diante disso, obrigar é uma coisa, ensinar sem opressão, sem julgamentos, e de uma forma adequada é outra completamente diferente; naturalmente, pois, somamos com a segunda opção. GUEDES (2006, p.12)

A linguagem oral é informal, espontânea, nos dá mais liberdade. A língua escrita não. É artificial, demanda tempo e prática para ser dominada, por obedecer a regras de funcionamento.

Segundo Ferrarezi (2007, p. 30) a escola deve ensinar o aluno a falar e escrever na norma culta para que “ele possa se defender no mundo com o poder que uma fala e uma escrita de prestígio conferem”.

Concordo com Bagno (2007, p. 70). De nada adianta a pessoa dominar a “norma culta”, se está inserida numa classe sem privilégios. Essa pessoa também sofrerá discriminação.

Celso Pedro Luft em *Língua e Liberdade* nos diz (1985, p. 21) que “um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo”.

### 3.1 O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Políticas educacionais são necessárias para impedir e combater o preconceito linguístico, não somente no ambiente escolar, mas também no seio da sociedade. “Não há língua que permaneça uniforme, todas as línguas mudam”, como afirma Possenti (1998, p.38). É preciso respeitar as variedades existentes e lembrar que toda língua sofre mudanças e mutações.

O professor deve orientar seus alunos, chamar a atenção de todos para as várias regras e variações linguísticas, e no decorrer das aulas explicar que não é necessário mudar a forma como falam e encorajá-los a usar outras variantes até dominá-las para que possam adequar-se quando necessário. O professor pode e deve fornecer a seus alunos o contato com outras variantes através de atividades que reforcem os dialetos e sotaques de outras regiões do Brasil. Isso pode ser feito através de músicas, filmes, depoimentos, entrevistas, romances, poesias, etc. O mais importante é orientá-los a conviver com as diferenças com o objetivo de dar fim ao preconceito linguístico.

O mais importante é que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras, isto é, que se torne capaz de expressar-se nas mais variadas circunstâncias, segundo as experiências e convenções dessas circunstâncias. Nesse sentido, o papel da escola não é o de ensinar uma variedade no lugar da outra, mas de criar condições para os alunos aprenderem também as variedades que não conhecem. POSSENTI (1996, p. 82- 83).

Segundo Bagno (2007, p. 48-49), “É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua ‘artificial’ reprovando como ‘erradas’ as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idioma”. Ainda segundo o autor “seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer BUnito ou BOnito mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua”.

Ainda em relação à atitude do professor, como diz o autor

Sugere aos docentes trabalhar com os alunos em sala de aula o que vem a ser variedades linguísticas, mostrando a estes as diferentes formas de utilização da fala, os preconceitos que ocorrem com algumas variedades se

as consequências desse preconceito. Dessa forma, segundo o autor, os alunos irão encarar esse fenômeno variação passando a ter um comportamento social crítico e mais adequado com relação às diferenças linguísticas. CAGLIARI (2007, p. 82 apud SOUZA, p. 41)

Ainda há os que relutam, os de visões ultrapassadas, e há a falta de formação ou interesse de alguns professores para tornarem-se capazes de desenvolver habilidades orais nas escolas, objetivando o respeito às variações linguísticas. Um professor comprometido com o que ensina, ciente das variantes linguísticas, que se prepara para ser capaz de passar seu conhecimento, terá o inigualável prazer de dar a uma geração, a várias gerações, o conhecimento necessário para que consigam passar esse conhecimento adiante porque serão pessoas que pensam, ponderam, analisam.

O preconceito linguístico normalmente está ligado à situação social. Combate-lo é um trabalho árduo de conscientização. É como diz Perini (1997, p. 11), “nosso conhecimento da língua é ao mesmo tempo altamente complexo, incrivelmente exato e extremamente seguro”. E o mesmo autor prossegue, afirmando:

Que qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E [...] esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramáticas chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas PERINI (1997, p. 13).

Acabar com o preconceito linguístico é tarefa árdua, mas é preciso porque quando esse preconceito deixa de ser apenas uma atitude ou uma forma de pensar, transforma-se em uma prática social.

É preciso assumir a existência do preconceito linguístico, conhecer os modos como ele se manifesta concretamente, denunciá-lo e combatê-lo.

Nas escolas, o preconceito linguístico tem em professores e alunos o veículo para que circule e se propague por aquele ambiente, por ali se instale, seja tratado como uma zombaria inócua, uma piada entre camaradas, mas isso – com o perdão do clichê – é lobo em pele de cordeiro. Alunos sendo cruéis uns com outros é um fato,

e por muito tempo isso foi visto como “normal”, algo que acontece quando crianças e jovens passam muito tempo juntos em bandos.

Como o bullying já é uma realidade combatida há muitos anos, embora ainda não extinto, o mesmo reconhecimento precisa existir em relação ao sofrimento causado quando se é achincalhado porque fala-se de forma diferente, usando alguma variação, o que é, definitivamente, bullying. Professores jamais deveriam ser omissos em relação a isso. Precisam ser os primeiros a lutar pelo fim do preconceito em seu espaço de atuação. A paz nas escolas depende de todos que ali atuam, mas a paz em relação às variações linguísticas depende de um esforço em conjunto que culmina com o trabalho do professor em aula, em relação à exposição desse problema, levantando questões, investigando, buscando conhecimento sobre a língua e seu funcionamento, sendo eles teóricos ou práticos, elaborando atividades que deem a chance aos alunos de terem contato com as diversas e heterogêneas formas de uso da língua materna, valorizando cada uma delas, combatendo o preconceito existente contra as formas (mais) populares até que seja percebido que o preconceito linguístico ali foi extinto porque sucumbiu ao conhecimento. Fim da discriminação, e passagem é dada para a interação e a riqueza da troca que ela ocasiona. Precisa existir espaço no planejamento do ano letivo para tais atividades, não apenas para as que dizem respeito à gramática e ao aspecto culto da língua na disciplina de Língua Portuguesa.

É como diz Ataliba T. de Castilho em seu livro *A Língua Falada no Ensino de Português* (Ed. Contexto, 1998):

[...] os recortes linguísticos devem ilustrar as variedades socioculturais da Língua Portuguesa, sem discriminações contra a fala vernácula do aluno, isto é, de sua fala familiar. A escola é o primeiro contato do cidadão com o Estado, e seria bom que ela não se assemelhasse a um “bicho estranho”, a um lugar onde se cuida de coisas fora da realidade cotidiana. Com o tempo o aluno entenderá que para cada situação se requer uma variedade linguística, e será assim iniciado no padrão culto, caso já não o tenha trazido de casa. ATALIBA T. de CASTILHO (1998)

Cabe ao professor, portanto, explicar e explorar através de atividades que é aceitável expressar-se oralmente de várias formas e que para a escrita existe uma forma que, na verdade, universaliza todas as variantes linguísticas do país. O professor deve deixar claro que para cada tipo de fala existe uma situação adequada

de uso, oferecendo essa bagagem para que alunos entendam como se mover oralmente nas várias camadas da sociedade e criem a noção sobre a adequação da variante linguística utilizada porque melhores e maiores possibilidades na vida dependem também disso. Conforme Ramos (1997, p. 06), “para que os alunos tenham acesso à linguagem culta é necessário ter contato com essas pessoas que falam essa língua através de textos e linguagens, as mais diversas, consultando jornais, revistas, ciência, música, literatura etc.”

A escola deve amenizar o preconceito com atitudes éticas e de cidadania, elevar a autoestima dos alunos no sentido de valorizar a cultura, a variedade linguística de cada um, de celebrá-las para que o aluno acredite que pode expressar-se cada vez melhor, evitando assim a exclusão. Cagliari (2007, p. 82 *apud* SOUZA, p. 41), sugere aos docentes trabalhar com os alunos sobre o que vem a ser variedades linguísticas, mostrando a estes as diferentes formas de utilização da fala, os preconceitos que ocorrem com algumas variedades e as consequências desse preconceito. Dessa forma, segundo o autor, os alunos irão encarar esse fenômeno, variação passando a ter um comportamento social crítico e mais adequado com relação às diferenças linguísticas.

#### **4 METODOLOGIA**

O presente artigo foi embasado em estudo bibliográfico, baseando-se em pesquisas produzidas e publicadas por estudiosos e educadores. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2001), refere-se ao levantamento de publicações sobre o tema, que podem ser em forma de livros, revistas, entre outros.

Ainda, para Malheiros (2014), a pesquisa bibliográfica oportuniza ao pesquisador o conhecimento do que foi produzido sobre o tema em questão, contribuindo para a compreensão do objeto a ser investigado.

Segundo Neves, Jankoski e Schaider (2013), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de certo tema, processado em bases nacionais e internacionais, exposto em artigos de revistas, livros teses e outros documentos.

Para Carvalho et al (2004), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é que esta permite a quem investiga cobrir os fenômenos de forma mais ampla. Por

outro lado, ele afirma que se deve ter cuidado com as informações e/ou dados coletados, confirmando a veracidade do que é publicado.

Ainda, em se tratando de veracidade e cuidado com o material a ser pesquisado, Severino (2000), afirma que a tecnologia apresenta um vasto campo para investigação e está à disposição de todos, essa facilidade de obter dados e tê-los disponibilizados de forma abundante requer muita observação, estudo e, principalmente, filtrar as informações para sites que sejam confiáveis e, por fim, de maneira alguma pode-se negar a informação de sua fonte.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que o preconceito linguístico vem de costumes passados, sendo entregue de geração para geração, reproduzindo modelos discriminatórios. Pessoas que o praticam não entendem o universo da língua e, na verdade, não se pode nem falar de culpa. O português brasileiro é diversificado como é a sociedade brasileira, em sua cultura, costumes, classes, e formação étnica, e isso deve ser compreendido positivamente.

Para os conhecedores da língua, não existe língua certa ou errada, há apenas pessoas que se expressam de maneira diferente, todos usam a mesma língua.

Esse trabalho possui fagulhas que podem gerar ideias. Essas ideias podem gerar a criação de atividades para serem trabalhadas em sala de aula, proporcionando-lhes mais experiência, competência e mais habilidade ao fazer uso da língua, definitivamente entendendo com o que estão lidando, e não encarando o ensino da Língua Portuguesa somente como mais uma matéria que os obriga a decorar regras para depois fazerem testes buscando notas.

Como é bem sabido, infelizmente, a profissão de professor no Brasil é um escândalo. É ridiculamente desvalorizada. Entreviste adolescentes e descubra quantos querem ser professores. No entanto, é a profissão que leva a todas as outras. São professores e professoras quem conscientizam alunos em vários aspectos, quando dividem seus conhecimentos e servem de modelo. É também durante as aulas que se aprende que discriminação é crime e que o respeito é primordial para a saúde de uma sociedade. Respeito nos enobrece. Estamos em um momento de luta ferrenha contra qualquer tipo de discriminação e preconceito. A parcela da população que sabe

do que isso se trata sonha com o dia em que uma conscientização coletiva acontecerá e pessoas serão vistas somente como pessoas. Como iguais, como somos.

Uma língua e sua gramática deveriam ser sempre aprendidas através de textos bem escritos e atividades instigantes, criativas, com objetivos claros. Levar em conta somente a normal padrão para o ensino da Língua Portuguesa nos dias de hoje através de regras gramaticais retiradas de um livro e atividades enfadonhas deveria ser terminantemente proibido. Sabe-se que não é como deveria ser feito e existem regras (boas regras, nesse caso) em relação a como o Português deve ser trabalho nas aulas, mas, voltando ao parágrafo anterior, como exigir que o trabalho do professor seja primoroso quando suas condições de trabalho e seu estímulo para ser um grande professor são pífios ou nulos? Primeiro, oferece-se condições. Depois, exige-se um trabalho brilhante.

E encerra-se esse trabalho citando, mais uma vez, um homem que inspira muito a literatura e a sociedade há anos, Bagno (1999, p. 138), “Isso é que é educar: dar voz ao outro, reconhecer seu direito à palavra, encorajá-lo a manifestar-se”.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**- citação, edições Loyola. (2007, p. 09- 19- 37- 38- 39- 42- 48- 49- 52- 53- 70- 138)- citação

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Editora Parábola (2005, p. 14- 15)- citação

CASTILHO, Ataliba T. **A língua falada no ensino de português**, editora Contexto (1997, p. 06)- citação.

CARVALHO; Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em mar de 2021.

GUEDES, Paulo Coimbra. **A formação do professor de Português – Que Língua Vamos Ensinar?** (2006, p. 12)- citação.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**, editora Ática (1993, p. 21)- citação.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. **Pesquisa na Graduação**. Disponível em: <[www.profwillian.com/\\_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa\\_na\\_Graduacao.pdf](http://www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf)> Acesso em mar de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (1998) **Parâmetros Curriculares Nacionais Língua portuguesa**, (5° a 8° série, p. 31)- citação.

NEVES; Lília Maria Bitar Neves; JANKOSKI, Douglas Alex; SCHNAIDER, Marcelo José (orgs.) (2013). **Tutorial de Pesquisa Bibliográfica**. Disponível em: <[http://www.portal.ufpr.br/pesquisa\\_bibliogr\\_bvs\\_sd.pdf](http://www.portal.ufpr.br/pesquisa_bibliogr_bvs_sd.pdf)>. Acesso em mar de 2021.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**, editora Ática (1997, p.11- 13) - citação.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**, editora Mercado das Letras. (1998, p.38) (1996, p. 82- 83)- citação

RAMOS, Jânia M. **O espaço da oralidade na sala de aula**, editora Martins Fontes (1997, P. 6)- citação.

SEVERINO A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.